

## Editorial

Em seu novo número, a Revista Linhas Críticas (RLC) inaugura uma nova periodização, com as datas de dezembro de 2016 a janeiro de 2017, mantendo a quadrimestralidade, no intuito de acompanhar os novos requisitos da avaliação quadrienal da CAPES. Dando prosseguimento à política de publicação de Dossiês, a RLC agradece imensamente à Coordenação do Mestrado Profissional em Educação da Faculdade de Educação/UnB, no nome da Prof<sup>a</sup> Dra. Olgamir Carvalho, que durante o semestre nos apoiou quanto ao financiamento da presente edição, possibilitando sua publicação e contribuindo também para a produção do Dossiê intitulado “Tendências da Educação Profissional no Brasil e no Mundo”, organizado pelo Prof. Dr. Remi Castioni, que também o apresenta a seguir, com dois artigos internacionais, dois nacionais e uma resenha sobre o tema do mesmo. Acrescentamos que os Dossiês publicados na RLC seguem os mesmos princípios para a avaliação dos textos do que os artigos de fluxo contínuo, com dupla avaliação cega por pares.

Reiterando nosso discurso do número anterior, ainda acompanhamos com preocupação e angústia os rumos que o atual governo vem imprimindo unilateralmente às nossas políticas educacionais, em diversas tentativas de romper com o diálogo democrático que foi construído nas últimas décadas no Brasil, desde a promulgação de nossa Constituição Federal de 1988. Tendo articulado para desestruturar e desmobilizar o Fórum Nacional de Educação e cassado o mandato de diversos conselheiros do Conselho Nacional de Educação que têm em suas biografias uma intensa defesa e importante contribuição intelectual e militante com relação à melhoria da qualidade da educação pública brasileira; o atual governo federal vem também desconstruindo políticas de universalização da educação básica e ampliação do acesso público à educação superior, com a extinção de programas e projetos públicos em benefício de grupos de empresários e conglomerados privados que atuam no campo do mercado educacional brasileiro e internacional. Tais políticas também estão tentando inviabilizar a realização da Conferência Nacional de Educação de 2018, que agora, no início de 2017, já deveria estar realizando suas etapas municipais e estaduais, com a coordenação do Fórum Nacional de Educação, como reza a Lei de número 13.005/2014, do nosso Plano Nacional de Educação. Por outro lado, tais posturas de desrespeito ao diálogo democrático e à Lei também geram resistência em diversos setores da sociedade que atuam no campo educacional em defesa da educação pública, fazendo com que se criem novos espaços coletivos como o Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, sob a liderança da CNTE e CONTEE, em cujos sites podemos acompanhar a divulgação das reuniões e documentos gerados por suas reuniões que congregam cada vez mais sujeitos políticos coletivos que atuam na área.

Nesse conturbado cenário político brasileiro, o número 49 da RLC traz seis artigos que revelam alguns dos desafios atuais da pesquisa educacional nacional. O primeiro, produzido por nossos colegas da Universidade do Planalto Catarinense, Ana Maria Machado e Vanir Lorenzini, em parceria com Ridha Ennafaa, colega tunisiano que atua na Université Paris 8, traz resultados de pesquisa sobre o aproveitamento pela sociedade dos saberes produzidos dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros, recolocando o tema do impacto das pesquisas na avaliação da pós-graduação brasileira.

A seguir, o artigo de Ranilce Guimarães-Iosif, da Universidade Católica de Brasília, e Aline Santos juntamente com Isabela Braga, doutorandas da mesma Universidade, também apresenta resultados de pesquisa sobre o tema da governança nas pesquisas educacionais, analisando as mudanças na compreensão da área quanto ao papel do Estado a partir dos anos de 1990.

O terceiro artigo, de autoria de Débora Dainez, que fez pesquisas junto ao Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem da Unicamp, traz uma análise de discurso baseada na escola francesa, sobre um caso de extrema violência acontecido em escola da cidade de Realengo-RJ em 2011 e sua repercussão na mídia.

Posteriormente, o artigo de Liliene Silva e Claisy Marinho-Araújo, da Unb, apresenta análise das Orientações Pedagógicas do Distrito Federal, publicadas no sentido de estabelecer diretrizes para as políticas públicas de atuação da Psicologia Escolar no DF, modificando as práticas dos profissionais que atuam como psicólogos escolares.

O artigo seguinte, de Angelo Cenci, da Universidade de Passo Fundo, traz elementos do pensamento de Alex Honneth sobre o conceito de reconhecimento e suas contribuições os processos educativos, especialmente para a análise dos espaços de ação do sujeito como continuidade da socialização infantil.

Finalizando a sessão de artigos de fluxo contínuo, o texto de Maria Flávia Barbosa, da Universidade Federal de Uberlândia, baseado nos estudos de Vigotski e Lukács, volta nossa atenção para a importância da arte e suas expressões na formação do indivíduo e também para a importância do papel da escola nessa formação.

Aos nossos leitores e leitoras desejamos que a presente edição traga novas fontes de reflexão e crítica.

Maria Clarisse Vieira  
Adriana Almeida Sales de Melo  
Editoras